

O ASSENTAMENTO MIRINDIBA EM ARAGUAÍNA (TO): Um território surgido do conflito

Delismar Palmeira Costa¹
Claudiney de Freitas Marinho²

Resumo

Esse texto tem por finalidade analisar a natureza territorial e socioeconômica do assentamento Mirindiba em Araguaína (TO), levando em consideração o seu processo de implantação, fato que se deu em decorrência da construção da UHE Estreito no rio Tocantins, na região da divisa entre os estados do Tocantins e do Maranhão, mais precisamente entre as cidades de Estreito (MA) e Aguiarnópolis (TO). Isso acarretou na desapropriação do grupo de camponeses que antes residia na hoje submersa Ilha de São José, localizada no município de Babaçulândia (TO), cidade que também foi afetada pela formação do lago. Atualmente, esses camponeses encontram-se alocados no assentamento Mirindiba em Araguaína, município que faz divisa com Babaçulândia, além de se figurar como pólo regional.

Palavras-chave: Assentamento Mirindiba, UHE Estreito, Camponeses.

Introdução

A questão da luta pela terra no Brasil assume uma natureza cada vez mais complexa dentro do contexto do século XXI. Na égide da globalização diferentes usos são dados ao território nacional em virtude da divisão internacional e territorial do trabalho, isso pode ser perfeitamente notado na atual metamorfose pela qual está passando a Amazônia brasileira. Assim, megaprojetos como as usinas hidrelétricas contribuem assiduamente para a intensificação de conflitos. As barragens submergem territórios anteriormente usados que, antes mesmo destes empreendimentos já possuíam as suas dinâmicas produtivas, culturais e ideológicas praticadas pelas populações camponesas, indígenas e ribeirinhas.

No caso dos camponeses a saída encontrada para sanar parcialmente o problema do conflito entre as classes é criação dos assentamentos destinados a receber e abrigar o campesinato desculturalizado pelos empreendimentos hegemônicos. Todavia, estes novos territórios necessitam de uma análise apurada dos seus aspectos socioeconômicos, pois essa

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins. Email: delismarcosta@gmail.com

² Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins. Email: claudiney.marinho@cfs.ifmt.edu.br

nova realidade que é imposta aos sujeitos se qualifica, a princípio, como uma luta pela terra. O antigo território não existe mais, o novo também não é como o antigo. A luta pela terra desemboca na permanência e sobrevivência nesse novo território, que ainda não foi usado em sua plenitude, pois falta a identidade, sinônimo de pertencimento.

O assentamento é uma tentativa de amenizar as contradições dos interesses da classe burguesa em detrimento dos interesses do campesinato, sua efetivação se dá por meio de normativas impostas pelas leis e códigos regulamentados pelo Estado, este que é o instrumento mó de dominação de classe. As terras não são como as antigas, a vizinhança não é a mesma e nem tão pouco o rio é o mesmo. Geralmente há a realocação desses camponeses em áreas incompatíveis com seus locais de origem, essa já é a fase aprofundada do conflito que se inicia ainda no processo de implantação das usinas hidrelétricas. O assentamento Mirindiba, localizado em Araguaína na região norte do Tocantins, é um dos muitos que possuem essa natureza no Brasil, sua gênese é fruto do processo anteriormente esmiuçado, que tem como força motriz a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE Estreito).

Desse modo, esse texto tem por finalidade analisar a natureza territorial e socioeconômica do assentamento Mirindiba em Araguaína (TO), levando em consideração o seu processo de implantação, fato que se deu em decorrência da construção da UHE Estreito no rio Tocantins, na região da divisa entre os estados do Tocantins e do Maranhão, mais precisamente entre as cidades de Estreito (MA) e Aguiarnópolis (TO). Isso acarretou na desapropriação do grupo de camponeses que antes residia na hoje submersa Ilha de São José, localizada no município de Babaçulândia (TO), cidade que também foi afetada pela formação do lago. Atualmente, esses camponeses encontram-se alocados no assentamento Mirindiba em Araguaína, município que faz divisa com Babaçulândia, além de se figurar como pólo regional.

Debruçar sobre o contexto territorial e socioeconômico do assentamento Mirindiba, e correlacionar essa análise ao seu processo de implantação é de grande valia para a ciência geográfica, pois possibilita a averiguação das principais contradições do modo de produção capitalista frente ao campesinato nos casos de implantação de usinas hidrelétricas. Acredita-se que desmitificando estas contradições pode-se chegar a uma problemática que demonstre o caráter verdadeiro desse processo, uma vez que a luta existente entre os atores hegemônicos (firmas, Estado, bancos etc) e os atores hegemonzados (camponeses), reflete diretamente na territorialidade que pode ser possível no novo território.

Referências à teoria

O camponês se torna uma figura cada vez mais importante para a dinâmica do modo de produção capitalista, por mais que isso pareça contraditório. No Brasil o campesinato sempre lutou pela sua inserção na terra e pela sua permanência nela quando a conquistava (MARTINS, 1995). Nesta mesma obra, o autor explica claramente o porquê da não aplicabilidade das correntes teóricas europeias³ acerca do campesinato ao cenário brasileiro; argumenta que tal questão se deve ao fato de que na Rússia, por exemplo, o camponês se figurava como um estamento, uma figura remanescente do próprio feudalismo, e que não queria deixar a terra e nem tão pouco transformá-la em propriedade coletiva, ao passo que no Brasil,

[...] o campesinato é uma classe, não um estamento. É *um campesinato que quer entrar na terra*, que, ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão (MARTINS, 1995, p. 16).

O camponês serviu como uma força motriz à expansão do capitalismo no Brasil desde os seus primórdios. Essa é uma contradição desse modo de produção. Tal fato se deve à busca constante pela sujeição da renda da terra ao capital; primeiramente baseada no trabalho do posseiro e do agregado, depois no do colono e agora no trabalho assalariado e na utilização de maquinarias sofisticadas⁴. Apesar das contradições eminentes, mesmo na atualidade, ainda assim persiste na sociedade brasileira a figura do camponês. Esse sujeito social forma uma classe, mas também significa um modo de vida, que não se enquadra dentro dos parâmetros capitalistas. Todavia, a sua atual aceitação se deve ao fato de isso ser benéfico ao próprio modo de produção, caso contrário já teria sido extinguido; esta é uma das maiores contradições desse sistema, a razão de sua natureza está no fato de que “A utilização de relações de trabalho não-capitalistas poupa ao capitalista investimentos em mão-de-obra. Ao

³ Sobretudo referente às teorias complementares de Karl Kautsky e Vladimir Lenin a respeito da desintegração, proletarianização e aburguesamento do campesinato na Europa.

⁴ Karl Kautsky na sua leitura crítica acerca da agricultura moderna afirmou que “A máquina não substitui apenas o homem, mas produz igualmente resultados que este não é capaz de produzir, ou, pelo menos, não é capaz de fazê-lo com o mesmo grau de perfeição. A máquina atinge esses resultados por sua precisão maior, ou pelo fato de ser mais forte” (KAUTSKY, 1998, p. 78).

mesmo tempo, ele recebe parte do fruto do trabalho desses parceiros e camponeses que converte em dinheiro”, desse modo, “realiza a metamorfose da renda em capital” (OLIVEIRA, 2001, p. 18).

Apesar de ter uma organização do trabalho baseada na estrutura familiar, e não no regime assalariado, o campesinato tem se expandido dentro do Brasil nos últimos tempos, segundo Oliveira (2001). Tal expansão não é por acaso. Isso se deve ao fato de que

Na agricultura, o capital não tem atuado necessariamente no sentido de implantar seu modo específico de produzir (através do trabalho assalariado) em todo canto e lugar. Ao contrário, ora ele controla a circulação dos produtos agropecuários, subordinando-os à produção, ora se instala na produção, subordinando a circulação (OLIVEIRA, 2005, p.474).

O fato anteriormente citado é bastante relevante. Será essa a lógica por traz dos assentamentos destinados a abrigar os camponeses atingidos por barragens, a perpetuação de uma classe que polpa os capitalistas de fazer investimentos? A produção camponesa pode não ter sua raiz em meio às relações de trabalho capitalistas, mas a sua circulação pode perfeitamente obedecer aos anseios e normas do capital. Com a construção da UHE Estreito muitas populações foram atingidas, dentre elas, segundo Sieben (2012), barqueiros, vazanteiros e pescadores; estas duas últimas categorias mesclam-se na maioria das vezes formando aquilo que nessa pesquisa denomina-se como camponês, pois são uma única pessoa, ou seja, um agricultor-pescador. Assim, concorda-se com Shanin (2005, p. 1), na perspectiva de que o “Camponês é uma mistificação. Para começar, ‘um camponês’, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo”.

O território outrora usado pelos camponeses se tornou inexistente agora. O modo de vida praticado pelos indivíduos da extinta Ilha de São José já não é mais o mesmo, pois houve o desenraizamento, ou *desterritorialização*, nos termos de Santos e Sieben (2014). Esse novo território é a base material para a produção e reprodução da vida imediata destas pessoas, todavia, muitos traços do passado não podem mais ser vistos, devido às especificidades que o antigo território possuía e que jamais serão possíveis no atual. Estas especificidades podem variar desde o apego (nostalgia) em geral, até questões relacionadas às condições físicas como, por exemplo, a inexistências de terras férteis, a falta de um rio propício à pesca, e o fim da agricultura de vazante, outrora praticada às margens do rio Tocantins.

Sabe-se que o camponês no Brasil não está de forma alguma alienígena ao modo de produção dominante, segundo Paulino (2008); por isso a análise da produção camponesa, até mesmo no assentamento Mirindiba, deve ter por base a problemática relacionada à sujeição da renda da terra ao capital, tal fato mencionado por Oliveira (2001). O camponês usa o território como base para produção e reprodução de sua vida imediata, entretanto, as benesses do excedente produtivo realizado pelo campesinato não lhes pertencem, pois o camponês produz o seu excedente para a indústria devido a esperteza dos grandes capitalistas que controlam a circulação, e desta forma “o capital monopoliza o território sem entretanto territorializar-se” (OLIVEIRA, 2001, p. 25); essa é uma contradição do modo de produção capitalista. Assim, conclui-se que de fato:

A produção capitalista de relações não capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas ao capital, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não capitalistas (MARTINS, 2010, p. 36).

Diante da exposição feita até aqui cabe ressaltar a questão do território, que está intrinsecamente relacionada à figura do sujeito social camponês, tal correlação remete a discussão novamente à problemática dos grandes empreendimentos destinados à produção hidroenergética no Brasil, bem como aos malefícios causados ao modo de vida camponês. Cabe ressaltar que será levada em consideração na perspectiva aqui apresentada *a função dada pela sociedade ao seu território*, pois “A utilização do território pelo povo cria o espaço” (SANTOS, 2012, p. 232-233). Por isso, o uso do território representará aqui a gênese do objeto essencial da ciência geográfica, o espaço geográfico, uma vez que este é “[...] o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais” (SANTOS, 2012, p. 96).

O território em si não pode ser considerado uma categoria de análise das ciências históricas como a geografia, pois a sua teorização o qualifica, a rigor, como um dado físico, mais voltado ao campo das ciências naturais, o território usado é que deve interessar ao geógrafo⁵ (SANTOS, 2001). Para todos os fins, o território pode ser conceituado como:

[...] imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força. Este território não tem forçosamente a mesma extensão através da história. Mas em um dado momento ele representa um dado fixo. Ele se chama *espaço* logo que

⁵ “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 1998, p. 16).

encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva por um povo – inclusive a situação atual – como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo as regras fundamentais do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivo (SANTOS, 2012, p. 233).

A sucessão histórica e a diversidade do uso do território brasileiro remetem ao conceito de formação social ou econômica, que é, simploriamente falando, a coabitação de diferentes modos de produção num mesmo território, entretanto, cabe salientar que a formação social se coloca como uma realidade atual, que é ao mesmo tempo “historicamente determinada” (GEBRAN, 1978, p. 17). A sua conceituação explica a coexistência no Brasil de vários sistemas produtivos, seja por meio de organizações capitalistas (empresas, bancos, comércio), dos sistemas de produção camponesa (baseado no trabalho familiar, e não no trabalho assalariado), ou mesmo pela manifestação do sistema tribal ainda hoje praticado por aglomerações indígenas.

[A] Formação social é um termo que designa uma sociedade *historicamente determinada*, um todo social em um momento de sua existência. Assim como um modo de produção por sua categoria de modelo teórico é totalmente *puro*, uma formação social por sua existência *real* não pode ser. Ao contrário é uma combinação particular, específica de vários modos de produção *puros*. A formação social constitui por si mesma uma unidade complexa na qual domina um certo modo de produção, que determina o caráter dos outros (FIORAVANTE, 1978, p. 33).

Os diferentes usos dado ao território é uma característica típica expressada na formação social, pois esta comporta vários modos produtivos. De uma forma geral, a utilização do território se dá pela construção de infraestruturas, assim como pela dinâmica econômica e social (SANTOS; SILVEIRA, 2008). A formação econômica não é um dado abstrato, mas uma realidade material que se verifica na existência da sociedade e de seu território usado, sinônimo de espaço geográfico; “[A] sociedade e ‘sua’ natureza, isto é, a porção da ‘natureza’ da qual ela extrai sua produção, são indivisíveis e conjuntamente chamam-se ‘formação social’” (SANTOS, 1977, p. 88). É dessa forma que se pode visualizar a formação social de uma dada nação, este é um conceito real-concreto, diferente do modo de produção que é uma abstração. “Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço” (SANTOS, 1977, p. 88).

As formas de utilização que são impostas ao território por uma nação podem ser os mais diversos, complementares e conflitantes dependendo da classe social em questão⁶. Mas, o território é essencialmente usado de duas formas principais, e por duas categorias de sujeitos diferentes, os atores hegemônicos e os atores hegemonzados. “Para os atores hegemônicos o *território usado* é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares”, por outro lado, “Os atores hegemonzados têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares” (SANTOS et al, 2000, p. 108). Este é o ponto central das contradições que veem à tona na atualidade brasileira, que são os conflitos existentes entre as duas formas de se usar o território.

O camponês, que é um ator hegemonzado diante das classes sociais abastadas, tem sua territorialidade baseada na produção da vida imediata, o seu labor é o suficiente para o suprimento de suas necessidades, ele não precisa explorar ninguém além de si próprio. A territorialidade aí é o produto da utilização de uma parcela do território por esta classe social, essa condição envolve a capacidade humana de ação e de reação perante as dinâmicas do meio ecológico, englobando também as relações econômicas e de poder existentes entre os homens e a sua natureza; isso quer queira ou quer não, termina por qualificar aquilo que se denomina *identidade*, que pode ser produto de um grupo como um todo, ou uma condição dos sujeitos individuais que o forma.

O camponês constitui seu território buscando em primeiro lugar a sua sobrevivência, precisando para isso desenvolver contraditoriamente todas as dimensões da vida – econômico, cultural, social, etc. O espaço que ocupam é seu espaço de vida, que se torna local de morada e de trabalho coletivo e individual e que possibilita a construção de relações humanas com significados e sentidos específicos (NASCIMENTO; MENDONÇA, 2012, p. 6).

Quando a racionalidade camponesa se choca com os interesses dos atores hegemônicos, o conflito se instala de imediato. O Estado em conjunto com as grandes firmas vê o território como um recurso infinito, tendo o planejamento e a gestão como auxiliares no seu uso. A lógica camponesa, por outro lado, é menos ambiciosa, tem o seu firmamento baseado nos mais simples elementos da vida cotidiana, tais como comer, beber, morar, produzir etc. A única exploração do modo de vida camponês é a sua *autoexploração* de fala

⁶ “O *território usado* constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o rigor do conceito, convidando a pensar processualmente, as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo” (SANTOS et al, 2000, p. 104-105).

Aleksandr Chayanov, sendo esta (autoexploração) praticada no seio da unidade familiar e determinada pelo equilíbrio entre “a satisfação da procura da família e a fadiga devido ao trabalho” (CHAYANOV, 2014, p. 106). Os atores hegemônicos, em outra perspectiva, transformam o território em um valor ideológico, uma mercadoria, ao ponto de o recurso ser considerado como o quarto elemento constituinte de um Estado-nação⁷, segundo Gottmann (2012).

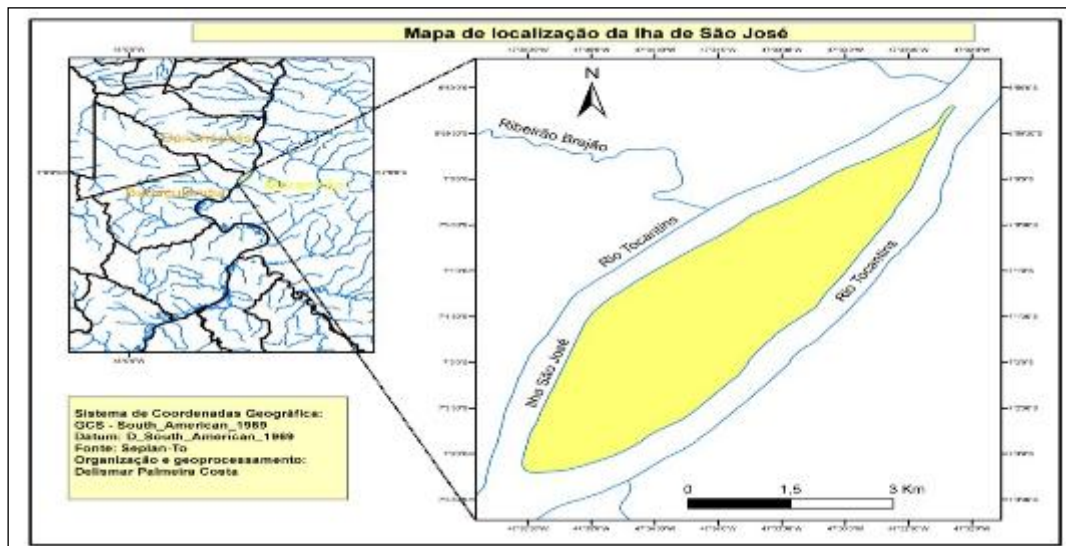
O assentamento Mirindiba, o novo território

O assentamento Mirindiba está localizado no município de Araguaína e foi criado em virtude da desapropriação de famílias que residiam na Ilha de São José, localizada no município de Babaçulândia, antes do barramento do rio Tocantins em virtude da construção da UHE Estreito. Na hoje submersa ilha viviam 76 famílias camponesas, que além da agricultura às margens do rio também praticavam o extrativismo e a pesca, cujo comércio do excedente era realizado nas cidades circunvizinhas do Tocantins e do Maranhão. Essas unidades familiares foram desalojadas de suas terras na ilha e conduzidas a locais diferentes; todavia, das 76 famílias expropriadas um grupo composto por 21 (famílias) veio a formar o assentamento em questão, as demais foram alojadas em outros assentamentos também criados e implantados pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), que foi o responsável pela construção do empreendimento.

A migração forçada dos camponeses da Ilha de São José (Mapa 1) ocorreu no ano de 2010, para ser mais preciso no dia 4 de agosto deste ano. As 21 famílias em questão foram realocadas em um lugar, cujas características físicas em nada se assemelham às da antiga morada. A produção dos camponeses foi em parte comprometida em virtude da baixa qualidade das novas terras, além dos transtornos psicológicos relacionados ao descontentamento; alguns fomentos foram concedidos que, todavia, não reparam a insatisfação dos sujeitos perante a atual situação em que se encontram as famílias. Novas moradias foram concedidas aos assentados, estes as consideram de boa qualidade (observar

⁷ Para um geógrafo como Milton Santos “Um Estado-nação é essencialmente formado de três elementos: 1. o território; 2. um povo; 3. a soberania” (SANTOS, 2012, p. 232).

Fotografia 1), essa é evidentemente uma tentativa de amenizar os conflitos existentes entre as classes sociais envolvidas nesta problemática, pois os seus interesses são antagônicos.



Mapa 1: Localização da extinta Ilha de São José
Fonte: SEPLAN-TO. Organização: Os autores.

Os autores pedem desculpas aos leitores pela não apresentação no texto do mapa de localização do assentamento Mirindiba, este não foi encontrado junto aos responsáveis pela implantação do assentamento até então. As condições materiais do cotidiano também não permitiram que uma nova visita de campo pudesse ter sido feita para que deste modo fosse confeccionado um mapa por conta própria dos autores através da coleta de pontos por meio de um aparelho GPS. Aos leitores, as sinceras desculpas.



Fotografia 1: Residência construída pelo CESTE no assentamento Mirindiba
Fonte: Os autores, trabalho de campo, março de 2017.

A maior queixa que se tem, de longe, é em relação aos aspectos físicos do novo território, o solo é de baixa qualidade, quase que inadequado à maioria das culturas outrora praticadas na ilha; outra problemática diz respeito às lembranças do rio Tocantins, pois este não existe mais na vida dos camponeses, o novo território tem um pequeno ribeirão (Gurgueia), cujas características em nada se assemelham com as do rio Tocantins, fonte de sustento no passado.

Esses conflitos no campo brasileiro remete a pesquisa ao método dialético ressuscitado dos filósofos gregos da antiguidade por Hegel que, todavia, fora substancialmente aprimorado por Karl Marx e Friedrich Engels, de modo a atribuí-lo uma característica evidentemente materialista, e não idealista como propusera Georg Hegel. Acredita-se que a dialética “[...] é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 2008, p. 28). Na realidade brasileira sempre houve contradições no uso do território, principalmente no que diz respeito ao acesso e permanência na terra; esse processo evoluiu no tempo-espaço desde a época do desbravamento até, por exemplo, os conflitos travados pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no século XXI. Esta pesquisa é um excelente exemplo.

Segundo as informações colhidas em campo, o assentamento até pouco tempo contava com 18 famílias, mas atualmente sofreu o acréscimo de mais 3 famílias, totalizando agora um quantitativo de 21 famílias, todas oriundas da Ilha de São José. Um aspecto bastante interessante foi o fato de que o CESTE dividiu os assentados entre agricultores e pecuaristas, isso influenciou decisivamente nas demarcações e dimensões dos lotes nos quais foram assentados os camponeses ribeirinhos. O que o consórcio não levou em conta foi o fato de todos eles serem também pescadores!

Com essa subdivisão, os lotes tiveram a seguinte arrumação: para famílias que praticavam a agricultura na Ilha de São José foram concedidos de 2,5 alqueires de terra; já para aqueles que praticavam a pecuária na ilha foram concedidos de 8 alqueires. Essa subdivisão se baseou no patrimônio de cada família à época da desapropriação, aqueles que tinham bovinos foram qualificados como pecuaristas, e aqueles que possuíam roças e plantavam nas várzeas foram qualificados como agricultores. Todos os lotes do assentamento Mirindiba já vêm com a porcentagem de área definida para servir de reserva florestal,

equivalente a 30% da propriedade. Boa parte dos “benefícios” adquiridos foi conseguido pelos camponeses juntamente com o apoio do MAB, que nesta ocasião foi bastante atuante.

No assentamento a produção está ligada à subsistência, mas o caráter comercial também se torna inegável. O CESTE promoveu a construção de poços artesianos e de reservatórios de água, que facilitam o processo produtivo agrícola e alimentação dos rebanhos. Os assentados também possuem uma associação que é mantenedora de uma conta destinada a receber os rendimentos advindos da produção agrícola das famílias assentadas. O escoamento da produção é feito de forma comunal pela associação, pois deste modo viabiliza um melhor preço de mercado aos produtos excedentes. Uma variedade de artigos é cultivada: abóbora, jiló, pimentão, mandioca etc. Dentre todos os produtos elencados, a mandioca (*Manihot esculenta*) é o mais importante (observar a Fotografia 2), uma vez que a sua comercialização envolve não somente a raiz da leguminosa, mas também os seus derivados: massa fresca, tapioca e a farinha.



Fotografia 2: Plantação de Mandioca no assentamento Mirindiba
 Fonte: Os autores, trabalho de campo, março de 2017.

O programa “Compra Direta” criado pelo governo federal é um dos maiores compradores da produção dos assentados, a venda acontece de forma anual, sobretudo pela negociação da mandioca produzida. Segundo relatos dos camponeses, os dados da associação dos últimos anos atestam que cerca de 60% da produção das famílias está pautada na produção da mandioca e de seus derivados (observar a Fotografia 3). A associação, como já foi dito, se encarrega de todos os trâmites comerciais, bem como o recebimento e distribuição dos valores destinados a cada família produtora. Nesse contexto o contato se dá de forma

direta com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), essa instituição por meio de programas de estímulos à agricultura camponesa incentiva e compra a produção dos assentados.



Fotografia 3: Casa de fazer farinha no assentamento Mirindiba
 Fonte: Os autores, trabalho de campo, março de 2017.

O dinheiro recebido pela associação passa pelo recorte individual das famílias, mas também tem um uso coletivo por meio de uma parcela de contribuição de todos, com fins de promover ações que venham melhorar as condições de produção dos camponeses, a aração das terras e a sua adubação são bons exemplos dessa articulação coletiva. Por isso muitos convênios são firmados pela associação, e não de forma individual por cada famílias, desse modo barateia-se as implementações feitas ao solo e evita o endividamento pessoal dos sujeitos. O MAB também se faz presente nessas negociações, inclusive participa ativamente na hora da formação desses convênios.

Além da produção de subsistência e da demanda anual requerida pelos programas de incentivo à agricultura camponesa, os camponeses produzem o suficiente para existência de um outro excedente. Essa parte da produção é vendida de forma aleatória aos “Atravessadores”, o preço pago às famílias é considerado incompatível com os valores reais de mercado, por conta disso a associação está buscando a criação de pontos comerciais junto ao Mercado Municipal de Araguaína, desse modo, a produção excedente traria um rendimento mais satisfatório aos produtores diretos, as feiras que ocorrem as sextas e aos sábados no entorno do Mercado seriam o melhor lugar para o comércio desse excedente, segundo relatos dos camponeses.

Assim, chega-se a conclusão de que os malefícios causados pela implantação de usinas hidrelétricas às comunidades camponesas são imensos no Brasil, principalmente após a década de 1970. “A implantação de grandes projetos de barramento, erguidos praticamente em todas as regiões do Brasil para dar suporte econômico e estrutural ao desenvolvimento regional brasileiro”, ocasionou “uma série de problemas de problemas de ordem política, social, econômica e ambiental às comunidades ribeirinhas que dependiam diretamente dos grandes rios para suas sobrevivências” (PEREIRA, 2013, p. 21-22). O camponês nesse contexto tem a sua territorialidade destruída, pois a emigração é uma realidade frenética imposta de fora e de modo forçado. Mas em alguns casos um novo território lhe é imposto pelos atores hegemônicos destinado ao uso social (o assentamento Mirindiba nesse caso), é aí que a nova territorialidade pode ser analisada a partir da luta pela terra, uma vez que o modo de vida camponês pode, mesmo que de forma deficiente, ser reproduzido novamente, é o território surgido do conflito.

Essa reconquista da terra é a forma de o capital balancear os antagonismos de classes. O Estado se coloca como agente responsável por normatizar todo o processo, o novo território nunca é como o anterior, nem as territorialidades o são, mas dentro desta luta de interesses o camponês pode resistir; como é o caso de muitas comunidades rurais que exigem ir para um novo assentamento rural, e assim dar continuidade ao seu modo de vida, e não optar pelas cidades em caso de desapropriação devido aos barramentos de rios. Essa também é uma forma de luta pela terra, e não só isso, é uma luta pela simples necessidade de existência de uma classe, que assim como o proletariado urbano, se encontra às margens na sociedade do capital.

Engana-se quem pensa ser o Estado um defensor das classe menos favorecidas, ele nada mais que “o Estado da classe dominante, não é nem público nem privado, é pelo contrário a condição de toda a distinção entre público e privado” (ALTHUSSER, 1970, p. 45-46). O Estado, também segundo Althusser (1970), municia-se de aparelhos repressivos (polícias, tribunais e instituições), e de aparelhos ideológicos (sindicatos e escolas) para assim garantir a soberania da classe dominante. Para um autor como Gramsci, a divisão moderna dos poderes dentro de um Estado-nação (executivo, legislativo e judiciário), se deve a fato de que “toda a ideologia liberal, com suas forças e suas debilidades, pode ser contida no princípio da divisão dos poderes”, desse modo, “mostrando qual é a fonte da debilidade de liberalismo – a burocracia –, isto é, a cristalização do pessoal dirigente, que exerce o poder coercitivo e que, a um certo ponto, se transforma em casta” (GRAMSCI, 2012, p. 99).

Considerações finais

Em virtude do que foi mencionado acredita-se que o assentamento Mirindiba se coloca como uma expressão material da luta dos interesses de classes no território nacional. Ou melhor, na luta pelo uso do território de forma autônoma. A natureza territorial e socioeconômica do referido assentamento se coloca como elementos da nova territorialidade camponesa e, por conseguinte, da continuidade do modo de vida camponês outrora praticado na Ilha de São José.

Assim, ficou evidenciado o processo dialético existente, pois observou-se as contradições e antagonismos entre as classes sociais envolvidas nesta questão, tudo isto é intermediado pelo Estado. O Mirindiba, querendo ou não, é uma forma de resistência do campesinato, é uma exigência pela continuidade da vida camponesa, ao passo que se figura também como uma espécie de mecanismo que visa manter o equilíbrio entre os sujeitos, cujos interesses são antagônicos.

O assentamento Mirindiba possui uma dinâmica socioeconômica que reflete o modo de vida camponês. Economicamente pôde ser notado através das visitas de campo que, a antiga economia praticada na Ilha de São José era do ponto de vista do cooperativismo bem menos articulado, o que, todavia, não tira os benefícios que a antiga morada oferecia por meio de suas qualidades físicas. O novo território é sempre um mistério, um enigma a ser desvendado, pois a territorialidade efetiva dos sujeitos depende inegavelmente desta nova extensão sobre a qual exercem o seu trabalho.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Tradução: Joaquim de Moura Ramos, Lisboa: Editorial Presença, 1970.

CHAYANOV, Aleksandr. Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horacio Martins de. (Org.). **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

FIORAVANTE, Eduardo. Modo de Produção, Formação Social e Processo de Trabalho. In: _____. et al. **Conceito de Modo de Produção**. Tradução e Organização: Philomena Gebran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Pensamento Crítico; v. 24).

GEBRAN, Philomena. Introdução. In: FIORAVANTE, Eduardo. et al. **Conceito de Modo de Produção**. Tradução e Organização: Philomena Gebran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Pensamento Crítico; v. 24).

GOTTMANN, Jean. A Evolução do Conceito de Território. Tradução: Isabela Fajardo e Luciano Duarte. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v 2, n3, p. 523-545, 2012.

GRAMSCI, Antonio. Notas Sobre Maquiavel. In: SADER, Emir. **Gramsci: poder, política e partido**. Tradução: Eliana Aguiar, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Tradução: Otto Erich Walter Maas, Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998. (Coleção Pensamento Social Democrata).

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos: 23).

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política Pública no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

NASCIMENTO, Aline.; MENDONÇA, Marcelo. Território, Barragens Hidrelétricas e seus Efeitos sobre Populações Camponesas. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, XXI, 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2012. p. 1-16

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Agricultura Brasileira Transformações Recentes. In: ROSS, Jurandyr (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. (Didática; 3).

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PEREIRA, Marcelo Divino. **Os Impactos Socioeconômicos e o Processo Indenizatório das Comunidades Ribeirinhas Atingidas pela Usina Hidrelétrica de Estreito-Maranhão**. Palmas: UFT, 2013. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional).

SANTOS, Alisson.; SIEBEN, Airton. Hidreletricidade e des-re-territorialização: uma análise a partir no reassentamento Mirindiba localizado no município de Araguaína-TO. **Revista Tocantinense de Geografia**. Araguaína, n. 01, p. 1-10, 2014.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n 54, p. 81-99, jun, 1977.

_____. O Retorno do Território. In: _____.; SOUZA, Maria Adélia de.; SILVEIRA, María Laura. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Edusp, 2012. (Coleção Milton Santos; 2).

_____.; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. et al. O Papel Ativo da Geografia . Um Manifesto. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n 9, p. 103-109, jul./dez, 2000.

SHANIN, Teodor. A Definição de Camponês: conceituação e desconceituação – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 8, n 7, p. 1-21, jul./dez, 2005.

SIEBEN, Airton. **O Estado e Política Energética: a desterritorialização da comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito**. Uberlândia: UFU, 2012. (Tese de Doutorado em Geografia).